

RENATA FERNANDES NOGUEIRA

**A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO
ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO**

**Viçosa-MG
Dezembro de 2007**

RENATA FERNANDES NOGUEIRA

**A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO
ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO**

Monografia apresentada ao curso de Geografia, como exigência da disciplina GEO 481, para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa.

BANCA EXAMINADORA:

Eduardo José Pereira Maia (orientador)

Marília Carla de Mello Gaia

Patrício Aureliano silva Carneiro

Viçosa-MG

Dezembro de 2007

**Dedico este trabalho aos assentados do Olga Benário
e a todos e todas que, com garra e paciência,
buscam a construção de um futuro possível
e pouco provável se não fosse a luta de muitos outros, irmãos,
pela utopia socialista.**

RESUMO

Esta pesquisa se insere na problemática do planejamento espacial de assentamentos de reforma agrária. No planejamento de assentamentos várias questões devem ser consideradas, dentre elas, as questões legais e institucionais como módulo rural, área de reserva legal e proteção permanente, estradas, liberação de crédito e infra-estrutura; as questões sociais e políticas, como a organização dos assentados, o compromisso dos sujeitos da assessoria técnica do assentamento, as relações institucionais; e, as questões ambientais como tipo de relevo, fertilidade e aptidão do solo, vegetação e clima.

Em nosso estudo analisamos a organização espacial do Assentamento Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais, a partir da descrição e análise dos elementos que influenciaram os assentados a optarem pela atual configuração sócio-espacial dos núcleos de base e moradia desse assentamento a partir de dados e informações fornecidos por questionários, entrevistas, documentos e bibliografia sobre a tema.

Palavras-chave: planejamento espacial, assentamento, Assentamento Olga Benário, PDA, PPOA, reforma agrária, MST.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA.....	9
CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1. ALGUNS CONCEITOS.....	14
3.1.1. OCUPAÇÃO, ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO: FASES DISTINTAS DA LUTA PELA TERRA.....	19
3.1.2. UNIDADE PRODUTIVA, PARCELA E LOTE.....	21
3.2. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ..	22
3.2.1. AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS DO INCRA PARA O PLANEJAMENTO DE ASSENTAMENTOS	23
3.2.2. O PLANEJAMENTO ESPACIAL DE ASSENTAMENTOS PARA O MST.....	27
3.2.3. O PPOA - PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO	31
3.2.3.1. As Etapas da Organização Espacial no PPOA.....	33
3.2.3.2. Formas de Parcelamento da Terra	35
CAPÍTULO 4 – A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO	38
4.1. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DO ASSENTAMENTO	38
4.2. HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO.....	39
4.3. NÚCLEO SANTA HELENA	45
4.4. NÚCLEO LÊNIN.....	48
4.5. NÚCLEO UNIÃO.....	54
4.6. ÁREAS DE USO COMUM DO ASSENTAMENTO	55
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Tipo de parcelamento “quadrado burro”	35
FIGURA 2 – Tipo de parcelamento agrovila	36
FIGURA 3 – Tipos de parcelamento Raio de Sol (1) e Terras Comuns (2).....	36
FIGURA 4 – Trajetória das famílias até serem assentadas no Olga Benário.....	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição das famílias por núcleo, segundo a origem, antes da luta pela terra.....	45
TABELA 2 – Distribuição das famílias por núcleo segundo renda familiar e recebimento de auxílio governamental, por número de famílias	46
TABELA 3 – Distribuição dos assentados por núcleo segundo a participação na organização social do assentamento	49

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição da população do Assentamento Olga Benário de acordo com a faixa etária.....	50
--	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa da Divisão do Assentamento Olga Benário por Núcleos de Base	43
MAPA 2 – Mapa de Anteprojeto de Parcelamento do Assentamento Olga Benário	53

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST tem sido um dos atores centrais no processo de luta pela terra e reforma agrária, no Brasil. Ao longo dos anos 90 do século XX um dos eixos de atuação do referido Movimento focalizou-se nas áreas de assentamentos rurais, ou seja a fase pós-conquista da terra, na tentativa de organizar formas de produção que possam garantir a sobrevivência na terra.

Em nosso estudo privilegiamos a análise da organização espacial do Assentamento Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais, tendo como objetivo descrever e analisar o que influenciou os assentados a optarem pela atual configuração sócio-espacial dos núcleos de base desse assentamento.

Este Assentamento foi escolhido por, além de estar localizado próximo à Universidade Federal de Viçosa, o que viabilizou economicamente a pesquisa, ser um Projeto de Assentamento novo, criado em 2005, estar passando por um processo singular de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento e ter, recentemente, concluído o debate sobre o parcelamento da terra, ficando para cada núcleo de base (moradia) uma organização espacial diferenciada. Este processo está sendo guiado por uma equipe técnica multidisciplinar vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) responsável por fazer com que o desenvolvimento do assentamento seja uma pauta constante nos debates internos dos assentados e nas demais instâncias políticas do Movimento, além de elaborar o documento (PDA) a ser entregue ao INCRA. Este movimento de diálogo interno sobre a organização do assentamento é chamado pelo MST de PPOA, Processo de Planejamento e Organização do Assentamento, e é fruto de um

intenso debate interno sobre a viabilização econômica e social dos assentamentos conquistados.

O presente trabalho se inscreve dentro de uma pesquisa anterior com o objetivo de compreender como vem se desenhando o PPOA nas recentes áreas de reforma agrária conquistadas pelo MST em Minas Gerais, originado em questões que surgiram no acompanhamento dos trabalhos da equipe técnica como estagiária em quatro assentamentos. Nestes, observamos que existiam pontos onde a orientação política da equipe não correspondia às expectativas dos assentados. Essas divergências se davam, com maior ênfase, na forma de parcelamento da terra e na proposta da viabilização da produção/divisão do trabalho nos assentamentos.

Entendemos que a participação por si só não é um elemento emancipador. Para fazer escolhas é necessário ter clareza das propostas e das conseqüências que cada uma delas acarreta. Mesmo que não se possam mensurar as conseqüências, é necessário que se tenha consciência de que elas existem. Portanto, no processo de planejamento e organização dos assentamentos além de dar a voz aos sujeitos do processo, a formação e capacitação – visando essa participação – são fundamentais.

Considerando o acima exposto, pretendemos contribuir para o debate de organização espacial de assentamentos de reforma agrária que tenham as famílias como protagonistas do processo, visto que esse estudo pode servir de base para auxiliar na busca de estratégias na educação popular que objetivem a construção de concepções de desenvolvimento dessas comunidades pautadas em outros paradigmas de desenvolvimento.

Inicialmente vamos discorrer sobre alguns conceitos importantes para a compreensão deste trabalho, sendo eles: camponês, ocupação, acampamento e assentamento, unidade produtiva, parcela e lote. Em seguida faremos um estudo sobre o

que significa planejamento de assentamentos na visão do INCRA e do MST, incluindo aí a compreensão do que é o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e PPOA (Processo de Planejamento e Organização do Assentamento). No capítulo seguinte, trataremos das estratégias metodológicas utilizadas nesta pesquisa.

A partir desses elementos vamos descrever a organização sócio-espacial do Assentamento Olga Benário, suas instâncias de decisão, a caracterização dos Núcleos de Base e suas estratégias de produção.

Finalizando, no último capítulo, com a análise e conclusão do nosso estudo.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Como estratégia metodológica de investigação de campo optamos pela análise das informações obtidas através de: um questionário elaborado pela equipe de PDA e aplicado aos assentados pelos próprios assentados; de dados fornecido pelo Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP)¹ realizado na comunidade por uma equipe da UFV e entrevistas semi-estruturadas realizadas com os assentados, com o objetivo de elucidar algumas questões que as informações quantificadas nos questionários não deram conta de abarcar.

Os questionários nos forneceram as informações quantitativas sobre a faixa etária dos membros das famílias assentadas, a origem (se rural ou urbana) antes do acampamento, a profissão exercida antes do acampamento e a profissão atual, a participação ou não de membros da família na organização social do assentamento e faixa de renda.

Para traçar um histórico dos acampamentos de origem das famílias assentadas utilizamos também um levantamento realizado por uma estagiária do curso de nutrição no período entre a ocupação da área onde hoje é o assentamento e a criação do Projeto de Assentamento Olga Benário.

As informações qualitativas sobre o processo, foram obtidas através de entrevistas com as famílias. Das 29 famílias que atualmente estão assentadas no Olga, entrevistamos 9 (nove). Após a apresentação do projeto à coordenação, o aceite e a disposição colocada do assentamento para pesquisa, solicitamos que fossem escolhidas três famílias de cada

¹ O DRP, Diagnóstico Rápido e Participativo é uma ferramenta que tem o objetivo de auxiliar os interessados em conhecer a complexa teia de relações que permeiam o cotidiano dos grupos sociais da comunidade (foco do DRP) envolvida, na medida em que ele permite uma visão mais real, fornecida pelos próprios membros da comunidade, dos fatores - sociais, econômicos, ambientais e culturais – que afetam as tomadas de decisão nestes sistemas. Este DRP foi coordenado pela Professora France Maria Gontijo, do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa e teve como objetivo detectar possíveis áreas de atuação futuras de equipes de extensão rural junto com a comunidade. O material nos foi fornecido pelo estudante de mestrado Daniel Mâncio, relator da equipe que aplicou o DRP.

núcleo de base/moradia para serem entrevistadas com o objetivo de estarem contando a história pessoal e da organização e planejamento do assentamento. O critério de escolha dos entrevistados foi a indicação pela coordenação do assentamento em ocasião da apresentação do projeto de pesquisa para os assentados. Estas entrevistas foram realizadas nos dias 10 e 17 de novembro de 2007 e seguiram um roteiro previamente determinado e por nós elaborado, estruturado em três momentos, (1) o antes do acampamento, (2) o durante o acampamento e (3) os planos para o futuro. Segue abaixo o roteiro das entrevistas.

- 1) Identificação: Nome do casal (homem, mulher). Qual Núcleo de Base/Moradia pertence?

VIDA PREGRESSA (ANTES)

- 2) Antes de participar do movimento, de acampar pela primeira vez, você vivia onde? Trabalhava? Em quê? Empregado/autônomo?
- 3) Onde passou a infância? Onde moram ou moravam seus pais?
- 4) Morou quanto tempo na zona rural? E/ou na zona urbana?
- 5) Qual foi a primeira vez que ouvir falar do movimento? Como veio para o movimento?
- 6) Quais eram os objetivos da sua família ao entrar para o MST? Porque entrou para o MST?
- 7) Ficou acampado? Quanto tempo? Em quantos acampamentos?
- 8) No acampamento se debatia a organização do futuro assentamento?

DECISÕES E ORGANIZAÇÃO (DURANTE)

- 9) Como foi a formação do seu núcleo?
- 10) O que levou vocês a se juntarem?
- 11) Já se conheciam antes?
- 12) De onde?

13) Tem projetos em comum?

14) Parentesco?

15) Como é a organização do seu núcleo (reuniões, frequência, coordenação)? Quais os setores estão representados (quantos setores, quem participa)?

16) O núcleo que você participa se reuniu para conversar sobre a divisão da terra? Quando? Quantas vezes? Como era o debate?

DAQUI PRA FRENTE (DEPOIS)

17) E hoje, quais são os objetivos da família? Se mudaram, por quê?

18) Como vai ser a produção no seu núcleo? O que vocês vão produzir? Como? Individual, coletivo? Por que se pensou assim?

Este roteiro serviu de base para as entrevistas, no entanto, não havia como segui-lo rigorosamente. O diálogo com os assentados realizou-se de forma tranqüila e informal, algumas vezes à beira de um fogão à lenha, tomando um café preto, outras no terreiro, debaixo de uma árvore, ao som das aves do quintal.

As entrevistas além de nos munir de elementos para a análise quantitativa das características das famílias, também nos forneceram ricos elementos para compreender os processos vivenciados por estas famílias no momento de parcelamento da terra, por exemplo, como foi a organização em núcleos, dos núcleos e a divisão da fazenda, as escolhas pelos tipos de parcelamento, o debate sobre coletivizar ou não a terra, como e o que produzir e as angústias que esse processo demorado de legalização do assentamento incita nas famílias.

Na análise desses dados e elementos dividimos as famílias assentadas de acordo com as seguintes categorias gerais:

a) Núcleo de base e moradia;

b) Sexo e faixa etária;

- c) Origem rural ou urbana;
- d) Renda familiar;
- e) Participação na organização social do assentamento;
- f) Forma de ingresso no assentamento;
- g) Participação em grupo de trabalho coletivo no assentamento;
- h) Grau de parentesco entre as famílias
- i) Profissão anterior e profissão atual.

Estas categorias foram extraídas das informações fornecidas pelos questionários e pelas entrevistas. Primeiro agrupamos as famílias e acordo com o núcleo de base e moradia e buscamos encontrar alguma relação entre as categorias acima elencadas e a opção de se agruparem nos núcleos. Esta análise foi feita através de porcentagem. Depois, buscamos reconstruir historicamente a formação dos núcleos através dos relatos das famílias entrevistadas e dos dados fornecidos pelo DRP. Cruzando as análises desses dados é que tecemos nossas considerações sobre o processo de organização do assentamento Olga Benário e a opção feita pelos assentados, dentro de seus núcleos de base, sobre o parcelamento da área.

A investigação teórica de nosso trabalho se deu no campo da literatura sobre a história de luta e organização do MST, do debate teórico sobre a conceituação e contextualização do camponês sem terra e das reflexões acerca do planejamento de assentamentos².

Sobre o último ponto, colocamos que existem raras literaturas tanto na área de Geografia, quanto nas outras ciências, que abordam esse tema. Muito se tem pesquisado

² Para descrição do planejamento territorial no PPOA utilizamos nosso relatório de campo elaborado durante um estágio realizado junto à equipe técnica do MST-MG responsável pelo Planejamento dos Assentamentos.

sobre os processos sociais que se desenrolam dentro dos assentamentos e acampamentos, no processo de luta e conquista da terra, estratégias de extensão e comunicação rural. Mas, especificamente, sobre o planejamento espacial de assentamentos são poucos os trabalhos. Para discorrer e analisar o Planejamento de Assentamento (PDA) proposto pelo Governo Federal e o Processo de Planejamento e Organização do Assentamento (PPOA) proposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos apoiamos, principalmente, nos trabalhos de Martins (2004) e Carvalho (1999), que versam sobre a organização de assentamentos e sobre os documentos e cartilhas editadas pelo MST e CONCRAB3.

³ Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar os processos envolvidos nas opções de parcelamento da terra preferenciais dos assentados no Olga Benário vamos situar alguns conceitos que servirão de base para nossa análise, pois a realidade nos impõe a necessidade de considerar os elementos que lhe dão especificidade. Somente assim poderemos apreender a atividade objetiva do homem e, conseqüentemente, chegar à estrutura condicionante da realidade percebida e definida como ponto de partida, de forma a ascender do abstrato ao concreto, isto é, superar a “abstratividade” dos conceitos mediadores do processo de conhecimento e representar a realidade mais objetivamente.

3.1. ALGUNS CONCEITOS

2.1.1. CAMPONÊS

Segundo Carvalho (2006) as famílias camponesas são aquelas que

tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas de reprodução social a partir da produção rural, de tal modo que não se diferencia aqueles que decidem o quê e como fazer (família) daqueles que usufruem o produto do trabalho. (CARVALHO, 2006:1)

Desde o século XIX diversas teorias a respeito do campesinato buscam explicar sua existência e perspectivas no capitalismo. O desenvolvimento dessas teorias por meio de pesquisas e debates políticos acirrados constituiu o que Fernandes (2004) chama de três distintos modelos de interpretação do campesinato ou paradigmas: o *paradigma do fim do campesinato*, que compreende que este está em vias de extinção; o *paradigma do fim do*

fim do campesinato, que entende sua existência a partir de sua resistência; e o *paradigma da metamorfose do campesinato*, que acredita na sua mudança em agricultor familiar.

O paradigma do fim do campesinato, como modelo de interpretação do campesinato tem duas leituras. Uma está baseada na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que o destrói através da diferenciação interna, transformando pequena parte em capitalista (camponeses abastados) e grande parte em assalariado (camponeses proletários). A outra leitura acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista, entendendo que a persistência de relações não capitalistas de produção no campo é apenas residual, em vias de extinção.

O paradigma do fim do fim do campesinato entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina seu fim. Apesar da renda capitalizada da terra apropriar a riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês e gerar a diferenciação e destruição do campesinato, igualmente, tem-se que a apropriação dessa renda capitalizada da terra é mais interessante para o desenvolvimento do capital que o assalariamento. Por essa razão, proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. Assim, o arrendamento, a compra da terra e a ocupação de terra são as três formas de recriação do campesinato.

O paradigma da metamorfose do campesinato surgiu na última década do século XX e acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo, utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência e torna-se um sujeito conformado com o processo de diferenciação, passando a ser um processo natural do capitalismo.

Podemos perceber que enquanto os paradigmas do fim do campesinato e do fim do fim do campesinato tem como fundamento a questão agrária, o paradigma da metamorfose do campesinato tem como fundamento o capitalismo agrário. Logo, este campo não nos serve como suporte teórico, pois além deste não conseguir explicar a persistência do campesinato, a sua existência, atualidade e perspectivas, o debate a respeito da questão agrária tem se desenvolvido a partir do princípio da superação. Essa última condição implica na luta contra o capital e na perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade e não na conservação das condições existentes da sociedade capitalista.

O paradigma do fim do campesinato, também não nos explica a persistência do campesinato, a sua existência, atualidade e perspectivas. Portanto, também não nos serve de referência nessa análise.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil aliado a outros fatores de repulsão como a mudança na base técnica e a manutenção do latifúndio desencadeou o processo de expulsão dos camponeses do campo e sua migração para as cidades. Em seu trabalho Borges (2006) baseada em Martins (1981) expõe que,

Com a expansão do capitalismo, uma massa crescente de camponeses, de alguma forma autônomos, e que tinham sua existência baseada na produção familiar, estariam sendo expulsos da terra e se transformando em massa de proletários rurais e trabalhadores sem terra, quando não migram para as cidades em busca de emprego (...). Assim, não tendo alternativa, o camponês é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista. (BORGES, 2006:24)

Assim, entendemos, “que o processo de reprodução capitalista ampliada do capital, além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (MARTINS *apud* OLIVEIRA, 1986:67), como é o caso da propriedade familiar de tipo camponês. Neste

contexto, não é intencionalmente que o capital determina a criação e recriação de relações não capitalistas, mas são os camponeses que “traem” a lógica do capitalismo por meio de sua luta (FABRINI, 2002:81). Portanto, o campesinato é fruto da história atual do capitalismo no Brasil.

No caso dos assentamentos de sem-terra a existência camponesa está garantida pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento em na recusa à proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. (FABRINI, 2002:81)

Mas quais os elementos que especificam este campesinato?

Segundo Oliveira (1997), baseado em estudos de Tavares dos Santos (uma adaptação da proposta de Chayanov à realidade brasileira), são elementos que caracterizam a produção camponesa: a *força de trabalho familiar*, como motor do processo de trabalho da produção camponesa, sendo utilizada segundo seu valor-de-uso; a presença do *trabalho acessório*, podendo periodicamente o camponês se transformar em trabalhador assalariado para suplementar a renda familiar ou contratar mão de obra assalariada para auxílio em determinados momentos do ciclo produtivo, mas sem exceder o trabalho familiar; a *socialização do camponês*, que desde criança se insere na divisão de tarefas domésticas e se inicia na divisão social do trabalho; a *propriedade da terra*, como propriedade familiar entendida como propriedade direta dos instrumentos de trabalho e não como instrumento de exploração; e a *jornada de trabalho*, que é variável e não fixa, segundo a época do ano e os produtos cultivados, o que abre espaço para o desenvolvimento de uma série de tarefas artesanais domésticas em períodos de pouco trabalho agrícola.

De acordo com Carvalho (2004), em sua exposição no curso de formação da CLOC (*Coordinación Latinoamericana de Organizaciones del Campo*) são elementos da

especificidade camponesa: *a família*, seja a família singular ou a ampliada, produtora ou extrativista de produtos e subprodutos agropecuários, florestais, pesqueiros, artesanais entre outros; o *acesso* (estável ou instável, duradouro ou temporários, proprietário ou não proprietário) aos recursos naturais e à terra; predominância do *trabalho familiar* direto e de formas diversas de cooperação interpessoal, interfamiliar e comunitário; a presença de um território de uso comunitário dos recursos naturais; a produção e extração para o auto-consumo e para os mercados; a produção e reprodução de saberes sobre a relação com a natureza e formas de transformação produtiva; formas de integração institucional (social, política, cultural, religiosa) que definem os valores e normas do comportamento que as famílias vivenciam; assim como, as possibilidades de alianças, tensões e contradições que explicam dinâmicas próprias de transformação social.

Comparando a caracterização elaborada por esses autores podemos perceber uma complementaridade, pois Carvalho vai além das relações econômicas, acrescentando a diversidade cultural de relações que o camponês estabelece tanto entre seus pares quanto com o ambiente natural e simbólico na sua reprodução social como elemento para caracterização dessa classe.

Com base nos autores citados acima, neste trabalho entendemos o campesinato como uma classe social no contexto da sociedade brasileira, fruto do desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas no campo. Os sujeitos dessa classe, os camponeses, são caracterizados por sua *família* (singular ou a ampliada) e sua *produção* ou extração de produtos e subprodutos agropecuários, florestais, pesqueiros, artesanais que tendo o *acesso* estável ou instável, duradouro ou temporários, proprietário ou não proprietário *aos recursos naturais e à terra*, utiliza predominantemente do *trabalho familiar* direto e de formas diversas de cooperação interpessoal, interfamiliar e comunitária; na presença ou não de um território de uso comunitário dos recursos naturais;

da produção e extração para o *auto-consumo* e pra os mercados; da *produção e reprodução de saberes sobre a relação com a natureza* e formas de transformação produtiva; de *formas de integração* institucional (social, política, cultural, religiosa) que definem os *valores* e normas do comportamento que as famílias vivenciam; assim como, se valem de possibilidades de alianças, tensões e contradições que explicam dinâmicas próprias de transformação social.

3.1.1. OCUPAÇÃO, ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO: FASES DISTINTAS DA LUTA PELA TERRA

Para o MST, a conquista da terra representa a conquista da terra de trabalho que se realiza através das ocupações de terra. De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2000) a ocupação é um processo sócio-espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato para sua criação e recriação.

Primeiro, é preciso dizer que ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania. (FERNANDES, 2000)

Assim, para fazer valer a função social da terra,⁴ o Movimento lança mão da ocupação como forma de pressionar as autoridades políticas e governamentais de efetivarem a desapropriação e estabelecerem políticas da reforma agrária.

De acordo com Caldart (2000), “as ocupações de terra (que dão origem aos acampamentos) são uma forma de mobilização de massas do MST que efetivamente tem feito diferença na correlação de força para a realização de assentamentos no Brasil”.

A ocupação é o ato de um momento, preparado antes, desdobrado depois... Já o acampamento trás para a nossa reflexão o sentido pedagógico do cotidiano para a organização e da vida em comum das famílias sem terra debaixo de lonas, em situação de extrema precariedade material e, ao mesmo tempo de muita riqueza humana, seja antes ou depois de uma ocupação de terra. Um sentido que nos remete ao processo através do qual um conjunto de famílias que mal se conhecem e que, na maioria das vezes porta costumes e heranças culturais tão diversas entre si, acabam por reconhecer-se por uma história de vida comum, e em sentimentos compartilhados de medo, de dor, de fome, de frio, mas também de convívios fraternos e de pequenas alegrias nascidas da esperança de uma vida melhor, que aos poucos lhe identifica como grupo (...) e que se descobre como uma nova perspectiva de futuro. (CALDART, 2000:114)

Os acampamentos podem ser feitos na própria terra ocupada, na beira de uma estrada ou em uma área para onde são deslocadas as famílias depois de um despejo. Eles têm três objetivos (*idem*, 2000:114): educar e manter mobilizada a base sem-terra, sensibilizar a opinião pública para a causa da luta pela terra e fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária.

Porém, devido à morosidade dos processos de reforma agrária, muitos assentamentos continuam em condição material de acampamento durante dois ou mais anos.

⁴ A Constituição de 1988 assegura que a propriedade deve atender à sua função social, que seria, aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Já o assentamento é a terra de trabalho conquistada através da organização e da luta social e política do camponês sem terra. Segundo Carvalho (1998:25) *apud* Martins (2004), por assentamento

compreende-se o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. (CARVALHO, 1998 *apud* MARTINS, 2004)

Este mesmo autor alerta para a heterogeneidade destas áreas, revelando que a expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais. O assentamento representa um

determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. (CARVALHO, 1998 *apud* MARTINS, 2004)

Portanto, são estas três fases distintas do processo de luta pela terra, empreendidas pelos sem-terra organizados no MST é que vão forjar sua identidade individual e coletiva.

3.1.2. UNIDADE PRODUTIVA, PARCELA E LOTE

Como dito anteriormente, o assentamento é fruto da conquista da terra de trabalho. O planejamento do espaço agrícola - cuja finalidade é a produção na terra conquistada - está diretamente relacionado com a conformação da unidade produtiva ou parcela. Existem diferentes tipos de unidades produtivas e formas de exploração (plântio), não havendo necessariamente alguma relação entre elas. “Podem coexistir formas de exploração

coletivas e individuais em propriedades estatais, coletivas, cooperativas, comunitárias. As unidades produtivas podem ser agrupadas em quatro grupos: familiar, cooperativo, autogestionário e estatal”. (BERTOLLINI e CARNEIRO, 2007:2)

Além da unidade produtiva, é preciso considerar também a existência de uma gama variada de situações de ordenamento e reordenamento espacial das populações no campo. Destacam-se, por exemplo, os programas de colonização dos governos militares e programas de reassentamento de famílias de agricultores atingidos por barragens.

O Estatuto da Terra⁵ estabelece duas formas para as unidades produtivas das terras desapropriadas: a propriedade familiar (também conhecida por lote individual) e a associação de agricultores organizados sob regime cooperativo (as cooperativas ou grupos coletivos).

No censo agropecuário do INCRA, de 1996, a distribuição das formas de exploração dos beneficiários da reforma agrária constava de 86,59% como individual, 8,03% como mista e 5,38% como coletiva (BRASIL, 1997). A experiência de movimentos sociais como o MST inclui tanto formas individuais de parcelamento das unidades produtivas, quanto coletivas e um modelo híbrido que são os núcleos de moradia.

3.2. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

A organização espacial dos assentamentos de reforma agrária se inscreve dentro de um contexto em que a conjuntura política – delineada pelas políticas governamentais orientadas para a Reforma Agrária e pelas vitórias conquistadas através de lutas reivindicatórias dos trabalhadores rurais sem terra organizados – é que vai marcar o maior

⁵ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

ou menor grau de participação e envolvimento das comunidades e de atuação e auxílio dos governos no processo de planejamento e organização dos assentamentos de reforma agrária.

Como não é nosso objetivo com este trabalho fazer um apanhado histórico das políticas públicas de desenvolvimento de assentamentos, vamos fazer um resumo das orientações do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para esta área e da proposta do MST.

3.2.1. AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS DO INCRA PARA O PLANEJAMENTO DE ASSENTAMENTOS

A criação de assentamentos de reforma agrária envolve diversas etapas. A primeira delas é a publicação da criação do Projeto de Assentamento (PA) pela Superintendência Regional do INCRA no Diário Oficial da União (DOU).

Em seguida, este órgão deve contratar a Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) para atuar no PA criado.

A ATES é um programa criado com o objetivo de

“implantar uma ação descentralizada de apoio às famílias dos agricultores(as) assentados(as) nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, com iniciativa do Governo Federal, coordenado por esta Autarquia e executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária.” (INCRA, 200?)

Porém, a sua criação se deu num momento em que as instituições públicas como um todo, passavam por um momento de estrangulamento dos seus serviços devido à falta de verbas e do reduzido número de funcionários⁶ – pela extinção dos concursos públicos –

⁶ No INCRA, antes de 2005, havia dez anos que não se fazia concurso público para preencher o quadro de funcionários da instituição.

o que inviabilizava uma ação efetiva do quadro de funcionários. Portanto, essa descentralização, na verdade, é uma terceirização dos serviços públicos, já que foi implantada por não haver, dentro da estrutura do INCRA, número de pessoal e verbas suficientes para uma ação efetiva do Estado para a assistência às famílias assentadas.

Essas equipes de ATES antes de serem contratadas pelo poder público para atuação nos assentamentos devem ser indicadas pela comunidade do assentamento, ou quando isso não ocorre, pelo INCRA.

De acordo com a Norma de Execução nº 60, de 07 de maio de 2007, do INCRA, é de responsabilidade da ATES, entre outros,

VIII - Apontar estratégias iniciais, garantidoras da soberania alimentar e nutricional aos assentados, mediante a formulação de Projetos de Exploração Anual (PEA) (...), de caráter preliminar, assim como da elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) (...), considerados como ações permanentes, a envolverem, desde o processo de planejamento da ocupação e utilização racional das áreas de assentamento, no âmbito de cada território, até o seu pleno desenvolvimento, através da efetiva garantia dos serviços básicos de infra-estrutura física e social (...) inerente às áreas de reforma e desenvolvimento agrário. (INCRA, 2007)

Portanto, a ação do INCRA nos novos assentamentos deve partir de projetos e documentos elaborados por equipes externas ao órgão governamental. Isto indica que quando há uma articulação prévia dos assentados, estes podem interferir com mais liberdade na elaboração dos planos futuros do assentamento, pois a assessoria técnica será escolhida por estes. Mas quando não existe articulação, o INCRA é quem vai apresentar as equipes de assessoria técnica aos assentados, e estas irão desenvolver os trabalhos da forma que acharem conveniente.

O primeiro projeto a ser elaborado pela equipe a ser entregue ao INCRA para aprovação e liberação do Crédito Instalação,⁷ Modalidade Apoio Inicial, é o PEA. O

⁷ A concessão de Crédito Instalação permite o suporte inicial aos assentados nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra. O benefício deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no semi-árido brasileiro; e a aplicação

Programa de Exploração Anual vai descrever as atividades e os gastos necessários para o primeiro ano de instalação do assentamento. Já o PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento – vai apresentar toda a proposta de utilização da área do assentamento, contemplando estradas, instalações elétricas, abastecimento de água e esgoto, divisão de lotes e áreas de produção assim como as áreas de reserva legal e de preservação permanente. O PDA é pré-requisito para as ações de medição e locação dos lotes no assentamento de reforma agrária. Deve ser elaborado de forma participativa e somente após a sua avaliação e aceitação por parte dos técnicos do INCRA o assentamento poderá ser implantado na prática.

Vamos detalhar mais o PDA, pois neste documento constam as definições da futura estrutura e configuração sócio-espacial do assentamento.

O PDA, segundo o INCRA, é “o instrumento de planejamento dos Projetos de Assentamento voltado para o seu desenvolvimento sustentável, segundo as suas dimensões econômica, social, cultural e ambiental”. (INCRA, 2007:30) Este instrumento deve ter sua

“elaboração, como também a coordenação e implementação, desde a sua fase de implantação até a consolidação do projeto, a cargo das equipes de prestação das atividades de ATES, com a co-participação dos assentados e a supervisão das equipes de articulação do INCRA (idem:30) .

O documento do Planejamento do Assentamento a ser entregue ao INCRA deve conter os seguintes itens:

- a) *Organização do espaço por meio do anteprojeto de parcelamento*: como e onde vão ficar as áreas de moradia, produção, reserva legal, preservação permanente, área social e estradas.
- b) *Programa de produção*: quais atividades produtivas serão desenvolvidas, respeitando-se as expectativas e experiências das famílias assentadas e também as

em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc) para a geração de renda e possui as seguintes modalidades: Apoio Inicial; Aquisição de Materiais de Construção; Fomento; Adicional do Semi-Árido; e Recuperação de Materiais de Construção.

viabilidades técnica, econômica e ambiental. Esse programa pode orientar a futura elaboração de projetos de financiamento do PRONAF⁸ e Terra Sol⁹.

- c) Programa de gestão ambiental: o que será feito para recuperar, conservar e preservar o meio ambiente e as ações na área da educação ambiental.
- d) Programa social: envolve as atividades relacionadas à saúde, educação, lazer, esporte, cultura e desenvolvimento comunitário.
- e) Programa de obras e infra-estrutura básica: define as obras necessárias e sua localização.
- f) Modelo de organização e gestão do assentamento: como serão executados os programas e atividades, a participação das famílias, das suas organizações políticas e/ou sociais, do INCRA, do Estado e do município.

De posse do PDA aprovado, o INCRA dará seqüência ao processo de implantação do Projeto de Assentamento, contratando serviços de topografia e engenharia civil para executar os programas de organização social e infra-estrutura. Também disponibiliza a aplicação dos recursos do Crédito Instalação, Modalidades Compra de Material de Construção e Fomento. Para os outros programas, por não haver recursos definidos no INCRA, acaba-se por firmar convênios e parcerias com outros órgãos governamentais para sua execução.

Devido à morosidade do processo nos órgãos governamentais (INCRA e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente) o processo de elaboração do PDA pode se prolongar por anos e a falta de diálogo entre estes e outros órgão governamentais pode gerar dificuldades

⁸ O PRONAF é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo governo federal brasileiro, para atender ao pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante o apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas com a força de seu trabalho e de sua família. Este programa tem várias linhas de crédito para diferentes públicos da agricultura familiar. Para mais detalhes ver a página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br)

⁹ O programa Terra Sol, lançado em 2004 pelo INCRA, busca criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da reforma agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados, estimulando atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados, eventos que promovam a interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária, dentre outras.

como a construção de barragens cujo lago ocupa áreas de reforma agrária e a construção de estradas estaduais e federais que acabam por desapropriar, dessa vez, os assentados.

3.2.2. O PLANEJAMENTO ESPACIAL DE ASSENTAMENTOS PARA O MST

Uma das decisões do MST que contribuíram para sua constituição, enquanto organização social dentro de um movimento de massa foi a inclusão dos assentamentos em seu processo de lutas buscando organizá-los a partir de uma perspectiva de desenvolvimento rural alternativo ao modelo implantado pela classe dominante. O início dessa organização se deu em 1986 com o primeiro Encontro Nacional de Assentados.

Os assentamentos são expressões de um impasse da luta social. Por um lado, eles encerram em si a possibilidade de superação das relações de exploração do trabalho assalariado, unindo o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família, sinalizando, também, a possibilidade de democratização da estrutura fundiária. Por outro lado, ele expõe as contradições do Movimento, pois a propriedade privada da terra enaltece sonhos e expectativas dos sem-terra, homens e mulheres assentados, de ser, este fato, condição suficiente para sua produção e reprodução social.

O Processo de Planejamento e Organização do Assentamento (PPOA) está inserido diretamente nesse conflito. Quando se cria um Projeto de Assentamento (PA), o INCRA define quantas famílias serão assentadas na área a partir de laudos técnicos sobre a capacidade de suporte da área que é baseada nas características físicas e geoeconômicas da região onde se situa o imóvel. A partir da definição do número de famílias a serem assentadas, o Movimento é informado e então inicia-se o debate sobre quais famílias serão assentadas.

Utilizando o exemplo de Morissawa (2001), se 200 famílias ocupam uma área de 1.500 hectares, 50 ficam de fora, se o governo fizer o assentamento ali. Por isso, existem critérios para definir quais famílias serão assentadas. O critério utilizado, dentro do MST, para escolha das famílias é o tempo de acampamento.

Partindo dessa realidade podemos perceber a multiplicidade de sujeitos, projetos e histórias que vão constituir esse novo território. Após a escolha das famílias, estas se mudam para a fazenda desapropriada, quando já não estão morando na área, montam acampamento e começam a se organizar para gerir o processo de consolidação do assentamento. Quando se organizam em acampamentos

A primeira medida nesse sentido é a constituição de núcleos, com 10 a 30 famílias, organizadas quase sempre de acordo com o município de onde vieram.

Nesses núcleos organizam-se os principais serviços e tarefas: alimentação, saúde, higiene, educação, religião, finanças, lazer etc. Cada função possui um responsável e equipes de serviço que se organizam regularmente para avaliar e planejar as atividades.

Há ainda um sistema de coordenação geral do acampamento, responsável por dar unidade ao trabalho das várias equipes, encaminhar as lutas, negociar com o governo e relacionar-se com a sociedade. Essa organização envolve: a Assembléia Geral do acampamento (órgão máximo de decisão, que se reúne periodicamente); os líderes dos núcleos, que se reúnem também de tempos em tempo, encaminham o dia-a-dia do acampamento, mantem os núcleos informados das negociações; e a Coordenação do Acampamento, eleita pelos acampados. (MORISSAWA, 2001, p.200)

Esta organização vai ser respeitada no assentamento. Porém, por se tratar de uma realidade nova, onde a luta pela terra passa por outros impasses, essa dinâmica se altera, principalmente no que se refere às instâncias organizativas menores, ou seja, os setores. É neste universo que se inserem as políticas públicas.

Neste contexto, o PPOA é uma experiência em gestação, pois é um processo recente, fruto de leituras e releituras de experiências de organização de assentamento (tanto as efetivadas pelo INCRA, quanto as dirigidas por técnicos do Movimento) nas últimas décadas. Este processo vem se constituindo enquanto uma proposta de inserção da dinâmica organizativa do movimento na vida cotidiana dos assentamentos com o objetivo

de demonstrar a capacidade do movimento de se espacializar e territorializar, considerando que a luta somente pela posse da terra não basta e que a dimensão humana nas relações sociais é que devem guiar a organização da vida e do espaço no assentamento.

Como forma de organização social o MST desenvolveu várias frentes ou setores que se articulam para garantir a existência orgânica do Movimento, dentre os quais se destacam:

- a) Frente de massa, que cuida dos preparativos para as ocupações em que o MST se faz presente. Esse setor é o principal responsável pela aglutinação dos sem-terra para o exercício de ocupação das áreas escolhidas pelo MST para esse fim. Como diz Bernardo Mançano Fernandes esse setor faz a “travessia das pessoas de fora para dentro do MST” (FERNANDES, 2000:20)
- b) Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, que cuida da organização da produção dos assentamentos resultantes de conquistas na luta pela Reforma Agrária desenvolvida pelo MST.
- c) Setor de formação, que é responsável pela formação política dos militantes e lavradores na base. Esse setor organiza os cursos e seminários que envolvem toda a militância do MST.
- d) Setor de educação, que é responsável pela educação formal ou informal das crianças, jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos.
- e) Setor de comunicação, que é responsável pela propaganda do MST e pelas denúncias nos momentos de conflitos ou confrontos com a polícia.
- f) Setor de finanças e projetos: Responsável pela elaboração e acompanhamento dos projetos financeiros que dão sustentação ao MST.

- g) Direitos Humanos, setor responsável por denunciar e tratar das questões relativas aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais principalmente quando estes são feridos nos processos de confronto e lutas judiciais, muito comuns nos processos que envolvem a luta pela terra.
- h) Gênero, responsável pela inserção da mulher nos fóruns de discussão e de trazer à tona questões relativas à opressão da mulher, suas causas e suas lutas para o conjunto do movimento e da sociedade.
- i) Saúde, responsável por desenvolver e cuidar das estratégias de promoção de práticas relativas à saúde nos acampamentos e assentamentos do Movimento.

Além dessas frentes, existem os Núcleos de Base (NB), que são as menores células de decisão do movimento. São formados por uma média de dez famílias, sendo que cada um deve ter dois coordenadores (de preferência um homem e uma mulher) e um representante de cada setor existente no assentamento/acampamento (áreas do movimento). Dentro da estrutura de hierarquia de decisões do movimento, cada área tem a sua coordenação, composta pelos (2) dois coordenadores de núcleo, por (1) um coordenador de cada setor e pelos (2) dois representantes da área. Estes últimos são os responsáveis por representar o acampamento/assentamento nos fóruns e reuniões externas.

Estes núcleos se territorializam no espaço dos acampamentos e assentamentos. Isto quer dizer que, o espaço do assentamento será dividido primeiro entre os núcleos e depois entre as famílias dos núcleos. Nessa metodologia, cada núcleo tem autonomia sobre o seu parcelamento (ou loteamento, como alguns preferem), desde que respeitadas as instâncias coletivas de decisão.

Através dessa estrutura organizativa física e social, o Movimento espera que a participação social, pressionada pelos espaços de decisão coletiva e pela organização física dos assentamentos, possibilite o desenvolvimento de uma consciência social.

Apesar de ser algo abstrato, a consciência, faz parte da realidade social. Esta consciência relacionada ao ato de refletir sobre a existência social, assimilando os aspectos imediatos que envolvem a vida das pessoas, podemos denominá-la de consciência social. O seu desenvolvimento está intimamente ligado, ao grau de convivência e de participação da pessoa na sociedade.

(...)

A aproximação das moradias e a constituição dos núcleos de base são condicionantes essenciais para o estímulo à convivência e a participação social. Concebidos desde o início, esta estrutura física do assentamento terá mais dificuldades de regredir com o passar do tempo. Por isso, insistimos na importância de concebermos desde o primeiro momento do assentamento, as condições físicas para que ele mantenha a base estrutural para aproximar as pessoas, estimulando a convivência, sua participação social e as ações cooperadas. (MST, 2006)

São esses debates e elementos que norteiam a organização e o planejamento dos assentamentos dentro do MST. Podemos analisar nos documentos do movimento uma vasta discussão em torno das contradições e das dificuldades em alcançar as metas estabelecidas pela direção e é, buscando esse caminho e reconhecendo os limites que as condições objetivas e subjetivas impõem, que se concebeu o método PPOA, que agora descrevemos.

3.2.3. O PPOA - PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

O Processo de Planejamento e Organização do Assentamento é hoje fruto de uma proposta que “entende o assentamento e o plano [Plano de Desenvolvimento do Assentamento] como um processo de empoderamento, construção e re-construção contínua da vida comunitária local” (CONCRAB, 2005, p.06). Para o Movimento (CONCRAB, 2005), o planejamento e organização de suas áreas são responsabilidades de todas as instâncias diretivas do MST e deve envolver todos os setores, visto que a complexidade da estrutura social do assentamento deve ser enxergada como um todo e não em partes.

Neste sentido, o PPOA é um método utilizado para a organização dos assentamentos de reforma agrária, que serve de meio para o MST buscar consolidar novas áreas de assentamentos, transformando-as em referências de organização nas dimensões produtiva e social. Nestas áreas pretende-se consolidar uma prática constante de planejamento e avaliação dos aspectos da educação, saúde, meio ambiente, moradia, infraestrutura, produção, cooperação, créditos, lazer, cultura etc, práticas essas baseadas num processo de participação contínua para a tomada de decisões coletivas relativas à vida do assentamento.

A execução do PPOA tem no horizonte duas questões centrais: a primeira é a *dimensão da organicidade do Movimento*, isto é, consolidar a estrutura organizativa do MST no assentamento como instrumento capaz de tomar decisões e apontar para a construção de um novo modelo agrícola baseado na construção da agroecologia, da cooperação e de novos valores sócio-culturais. A segunda é a *dimensão legal/institucional*, isto é, apresentar planos legais solicitados pelo poder público (PDAs, Planos de Recuperação Ambiental e outros).

Neste processo devem-se levar em consideração três situações distintas a serem trabalhadas: o seu momento histórico atual (relações de produção existentes), a trajetória e os anseios dos sujeitos sociais (forças de produção locais) e a construção de um novo modelo agrário (o futuro desejado).

Como o objetivo do PPOA é construir um novo modelo de assentamento, planejando e ordenando os diversos elementos relativos às atividades territoriais, ambientais, produtivas e sócio-culturais deste, com fins a garantir sua viabilização e consolidando mecanismos de produção e sociabilização de resistência e superação do modelo de dominação sócio-econômico, para o conjunto das famílias os elementos prioritários a serem trabalhados na construção dessa proposta são: a participação e

capacitação massiva, a formação da base e de lideranças e a efetivação da organicidade do assentamento.

Portanto, os desafios imediatos, no curto prazo, do PPOA são: estabelecer um processo de formação de base, construir a organicidade do assentamento e garantir o auto-consumo das famílias. No médio prazo, planejar o acesso aos créditos e melhorar as infra-estruturas da área. Num primeiro momento, deve-se regularizar e legalizar o assentamento junto ao INCRA por meio do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Além de se consolidar a organização no assentamento por meio do fortalecimento dos setores (Produção, finanças, educação, saúde, gênero, jovens). Num segundo momento busca-se a construção das moradias, a aplicação dos créditos, a implantação de estratégias de comercialização e a implantação/consolidação dos Centros de Formação. No longo prazo a meta é a formação contínua, a consolidação da organicidade e a consolidação de uma nova proposta de produção, cooperação e comercialização e, a longuíssimo prazo, a superação do modelo de dominação econômica. (CONCRAB: 2005, p. 9-10)

Agora vamos passar ao detalhamento do debate, dentro do PPOA, sobre a organização territorial, o pano de fundo da nossa análise.

3.2.3.1. As Etapas da Organização Espacial no PPOA

A organização espacial futura do assentamento dentro do PPOA é a parte desse processo que lida diretamente com o parcelamento da área. Esta etapa ocorre quando a equipe técnica está no assentamento propondo e realizando diversas atividades com os assentados. Os passos para a elaboração do parcelamento da área seguidos pela equipe técnica do Movimento no estado de Minas Gerais são:

- a) estudo dos mapas e imagem de satélite fornecidos pelo INCRA com o objetivo de: levantar pontos de dúvida, considerando o cruzamento de informações contidas nos mapas;
- b) visita a campo da equipe técnica para conhecimento da área junto com os assentados com o objetivo de: fazer o desenho do mapa da área pelas famílias (em plenária); fazer uma caminhada com assentados que conhecem bem a área, após a discussão do mapa, para fazer um reconhecimento da paisagem e dos diferentes ambientes, identificar os locais que devem ser observados com mais atenção; cruzar as informações coletadas a campo, com as do INCRA; coletar informações para discutir a legislação ambiental vigente em MG com as famílias;
- c) Apresentar e debater com as famílias: a localização e tamanho aproximado das prováveis áreas de uso restrito (Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente), das áreas inaproveitáveis (afloramentos rochosos etc) e das áreas com benfeitorias (estrutura física, estradas etc) dentre outras em plenária;
- d) Apresentar e discutir as diversas formas possíveis de parcelamento da terra e debater a proposta de parcelamento posteriormente elaborada por cada núcleo de base, levantando elementos importantes para a discussão, como por exemplo, a destinação de áreas comuns, a forma de produção, a localização de bens comuns, a implantação de poupança verde (lenha e madeira) de uso do assentamento, dentre outras;
- e) Elaboração da primeira proposta de parcelamento e área de Reserva Legal, APP, de áreas de uso restrito, de áreas utilizáveis, de localização das moradias e seus dimensionamentos.
- f) Apresentação do mapa para os núcleos com o objetivo de: problematizar o uso e a distribuição no espaço, contemplando a nucleação (quantos núcleos, quantas

famílias em cada núcleo e sua possível localização) e localização da área social e possíveis áreas de terra comum.

g) Re-elaboração da proposta de parcelamento, contemplando as informações oriundas do debate anterior e

h) proposta final de parcelamento.

Podemos perceber que a equipe técnica, através de estratégias de formação e informação (principalmente a segunda), busca trazer para as famílias assentadas a preocupação de se estruturar o assentamento considerando diversos elementos. Esses debates, feitos de forma coletiva, primeiro com todo o conjunto de assentados e, depois, em cada núcleo são os norteadores do parcelamento da terra.

3.2.3.2. Formas de Parcelamento da Terra

No PPOA, a opção pela forma de parcelamento da terra é fruto de um debate interno entre as famílias nos núcleos de base. Como explicamos anteriormente, nesse processo a equipe técnica aponta as formas de se parcelar a terra apontando as características de cada uma, suas vantagens e desvantagens. Vamos rapidamente explicar sobre essas formas de parcelamento.

A forma mais comum e tradicional de parcelamento é o “quadrado burro” ou modelo retangular que consiste na divisão do terreno em parcelas (lotes, glebas) semelhantes, distribuídas ao longo de um arruamento, como num tabuleiro de xadrez.

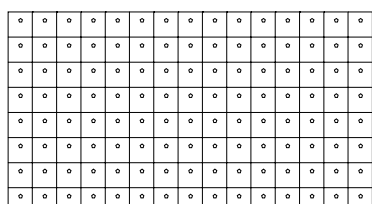


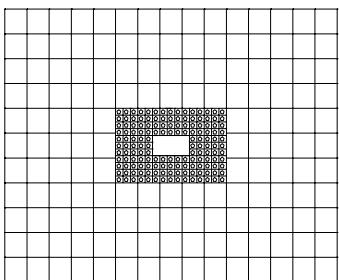
Figura 1 – Tipo de parcelamento “quadrado – burro”

Neste tipo de parcelamento os lotes são individuais e com a moradia dentro do lote. Neste caso, cada lote corresponde a uma unidade de moradia e produção, havendo uma distância maior entre as moradias. Porém os tipos de ambientes dentro

de cada lote (rios, terras boas e ruins, pedras, morro, baixadas, estradas) são muito

variáveis, podendo sair lotes ótimos para o plantio e outros sem recursos. Esse tipo de corte da área diminui a convivência entre as pessoas, atrapalha a organização social do assentamento, encarece a instalação de infra-estruturas (água, luz, estradas), não tem lugar para áreas comunitárias, aumenta o individualismo.

Figura 2 – Tipo de parcelamento agrovila



Outra forma de parcelamento é a agrovila, que consiste na divisão em lotes de moradia e lotes de produção propiciando aos assentados morarem na mesma região do assentamento. Esse tipo de parcelamento torna a construção da infra-estrutura mais barata e aproxima os locais de moradia,

facilitando o convívio e possibilitando a criação de áreas comunitárias e de convivência. Porém, os lotes de produção se distanciam. Neste caso, também a lógica individual permanece, mas há uma maior facilidade de comunicação e transporte.

O Raio de Sol é uma forma de parcelamento que consiste na formação de núcleos de moradia perimetrais a um círculo, onde cada lote seria tangente a esse círculo, como mostra a figura 3. Neste tipo de parcelamento as moradias são próximas e internas ao lote de produção, facilitando o convívio social, a organização das famílias e o

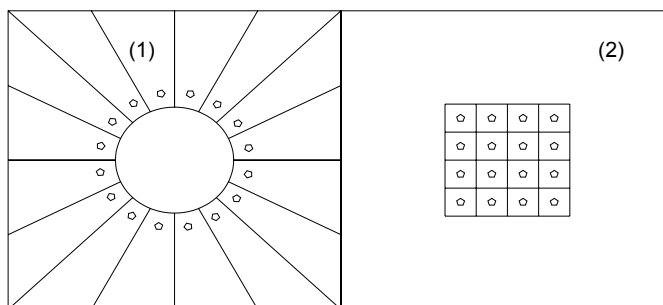


Figura 3 – Parcelamento do tipo Raio de Sol (1) e Unidade Familiar e Terras Comuns (2)

transporte, o que torna também torna a infra-estrutura mais barata e possibilita a existência de área coletiva e comunitária próximas às moradias. Os lotes permanecem individuais. Este tipo de parcelamento é bom para ambiente com terreno de pouca declividade, plano e onde não há muita diferença entre os ambientes.

Outra forma de parcelamento é a criação de unidades familiares e terras comuns [figura 3(2)], onde cada família tem direito a uma chácara de moradia em média de 5 ha e o restante da terra é de uso comum, segundo acordos feitos entre todas as famílias do núcleo. Neste caso, o sustento da família viria do lote de moradia e a renda das terras comuns. Neste tipo de parcelamento a infra-estrutura fica relativamente barata, diminui-se a necessidade de cercas, sendo estas necessárias apenas para a criação de animais, cria-se uma facilidade de investimentos e trabalhos coletivos, as moradias ficam próximas, cada um terá a quantidade de terras que conseguir trabalhar naquele ano, todos terão direitos a todos os tipos de terra no núcleo. Porém, neste caso, todos os anos, terão que se fazer/rever os acordos de uso da terra comum.

Essas formas acima descritas são as mais comuns, porém não são as únicas. Outras podem ser desenvolvidas. Mas o que difere uma de outra é o maior ou o menor grau de coletivização da terra, a existência ou não de espaços e estruturas comunitárias e a distância entre as moradias.

CAPÍTULO 4 – A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO ASSENTAMENTO

OLGA BENÁRIO

Neste capítulo vamos descrever como está organizado sócio-espacialmente o Assentamento Olga Benário com base nos relatos dos assentados e membros da equipe de ATES, nos dados tabulados dos questionários e nas informações fornecidas pelo DRP.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DO ASSENTAMENTO

O conhecimento das características ambientais de um assentamento são de fundamental importância para o planejamento espacial deste, pois possibilita averiguar as condições em que os possíveis lotes estarão inseridos, podendo servir de instrumento balizador para a delimitação das parcelas.

No caso do Olga Benário, as condições ambientais de solo, vegetação e relevo no assentamento são semelhantes em toda a sua extensão.

O assentamento está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, região de clima temperado chuvoso, com inverno seco e verão chuvoso e de relevo fortemente ondulado, com vales encaixados.¹⁰ A cobertura vegetal é constituída em quase sua totalidade por pastagens de capim colômbio e por pequenos capões de mata onde se encontra algumas espécies florestais. O Rio Santa Helena é o principal curso d'água do assentamento havendo ainda duas represas e diversas nascentes.

¹⁰ De acordo com o Laudo Agrônômico de Fiscalização (Laudo de Vistoria), redigido por técnicos do INCRA para a avaliação e verificação do imóvel para fins de reforma agrária 85% do relevo do assentamento é ondulado, 10% plano e 5% montanhoso.

O solo, em geral pode ser considerado acima da média em termos de fertilidade (predominantemente eutrófico) e estrutura física. Já foi feito um levantamento¹¹ das características químicas e físicas dos principais solos presentes no assentamento, o que mostrou a predominância de argissolos, (principalmente nas áreas de bacias e grotas onde estão localizadas a maior parte das áreas de produção), com uma fertilidade de média para boa, mas cuja estrutura física pode ocasionar erosão dependendo do manejo a que for submetido; há presença de latossolos nas áreas de topo de morro; de cambissolos (um pouco mais pobres em termos de fertilidade) nas áreas de encostas (inclinação mais acentuadas) e dos gleissolos (característicos de áreas inundadas) nas áreas de baixada.

A vegetação presente no assentamento é de Mata Atlântica Estacional Semidecidual, típico da região da Zona da Mata mineira. Vegetação essa, que devido a uma estação seca bem definida, perde total ou parcialmente as folhas de algumas espécies arbóreas. Existe uma área considerável de mata bem preservada e que pode ser uma fonte de recursos e serviços ambientais para os sistemas produtivos ali implantados desde que esses não interfiram drasticamente no seu processo de sucessão ecológica.

4.2. HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO

O assentamento Olga Benário, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi criado em 2005 e está localizado no município de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata de Minas Gerais, próximo a cerca de 3 km da cidade, o que facilita a locomoção das famílias e o escoamento de produtos para dentro e fora do assentamento. Fica às margens das rodovias, BR 120 que liga Juiz de Fora a Ponte Nova e

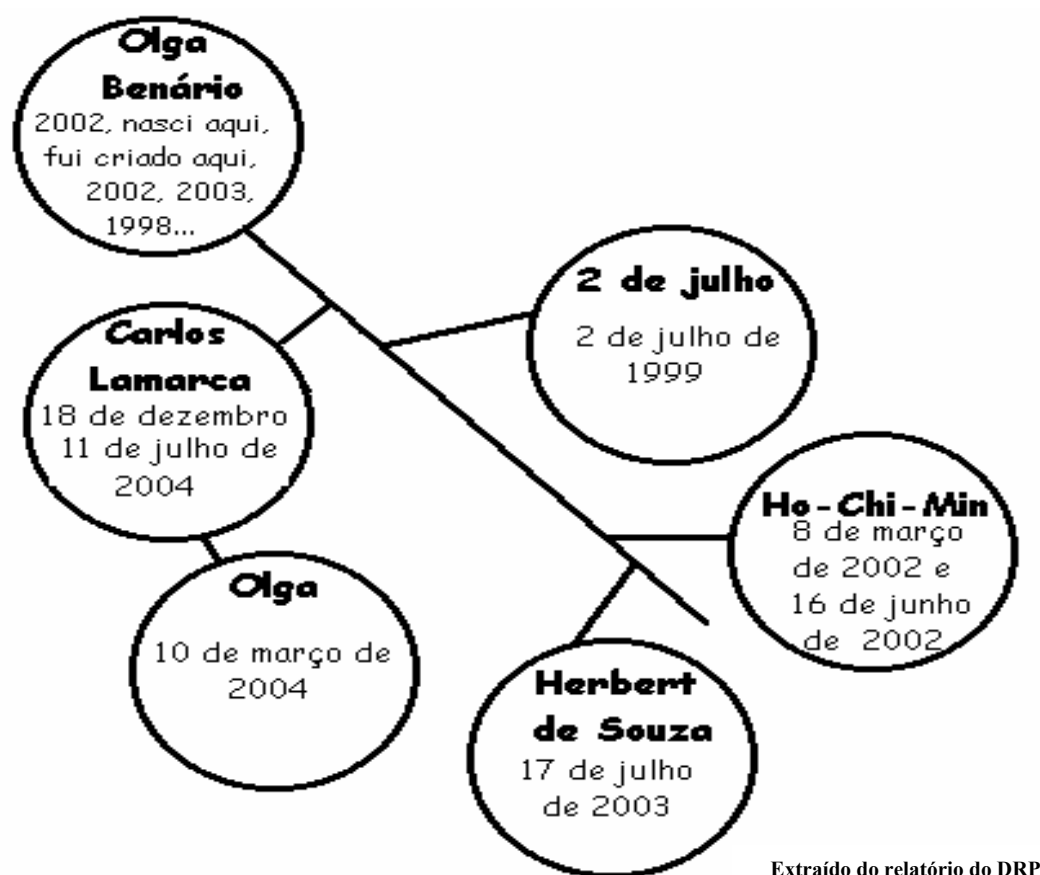
¹¹ Este levantamento foi elaborado a partir de uma pesquisa de mestrado que se desenvolveu no assentamento, cuja dissertação ainda não foi concluída. Estes dados foram extraídos da parte do documento do PDA referente ao Plano Produtivo das parcelas.

da MG 447 que liga Visconde do Rio Branco a Guiricema. É fruto da compra da Fazenda Santa Helena pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A Fazenda Santa Helena foi uma área de produção de cana de açúcar pertencente à Usina Açucareira Riograndense, sendo adquirida pelo último proprietário através de carta de arrematação em 11 de junho de 1999. Segundo o Laudo Agrônômico de Fiscalização (2002), a produção do imóvel era voltada para a pecuária mista de leite e corte em regime extensivo de pasto.

O Projeto de Assentamento (PA) Olga Benário foi criado pela Portaria nº 110 de 11 de outubro de 2005 da Superintendência Regional do INCRA do Estado de Minas Gerais. Porém, mesmo antes da sua criação, as famílias atualmente assentadas já a haviam ocupado devido a uma decisão do MST de vir para a Zona da Mata Mineira. Somase a isso o fato de que ela estava em processo de compra pelo INCRA. A ocupação aconteceu em 14 de junho de 2005, quando vieram as primeiras famílias e teve o apoio do Movimento Estudantil das Universidades Federais de Viçosa, Juiz de Fora e Ouro Preto, recebendo o nome Comunidade de Resistência Olga Benário. As famílias foram legitimadas pelo INCRA no dia 4 de novembro do mesmo ano. Atualmente o assentamento é composto por 29 famílias sem-terras (hoje assentadas) que vieram de cinco acampamentos no estado de Minas, sendo que quatro ficavam na região metropolitana de Belo Horizonte e um na região Sul do estado e por 6 famílias de ex-trabalhadores rurais da fazenda Santa Helena. Os acampamentos de origem são: o Carlos Lamarca, em Pará de Minas; o antigo Olga, em Esmeralda; o 2 de Julho, em Betim; o Ho-Chi-Minh, em Juatuba e Herbert de Souza, em Campo do Meio. A maioria das famílias, antes de serem assentadas ficaram de quatro a cinco anos acampadas e, segundo relataram nas entrevistas, passaram por 3 ou 4 despejos.

FIGURA 4 – Trajetória das famílias até serem assentadas no Olga Benário.



A Figura 4, extraída de um diagnóstico participativo (DRP) realizado na comunidade por uma equipe da Universidade Federal de Viçosa, ilustra um pouco da trajetória dos assentados antes de se fixarem no Olga Benário.

No período de elaboração do PEA, as famílias assentadas encontravam-se acampadas na região da lagoa no assentamento, sendo que as famílias com crianças pequenas, idosos ou pessoas com doenças mais sérias, segundo os critérios definidos pelos assentados, estavam distribuídas pelas casas de colonos que já havia na fazenda. Neste período, estavam organizadas em dois núcleos, denominados *União Faz a Força* e *Lênin*. Além disso, foram constituídas quatro equipes: Higiene, Segurança, Finanças e Frente de

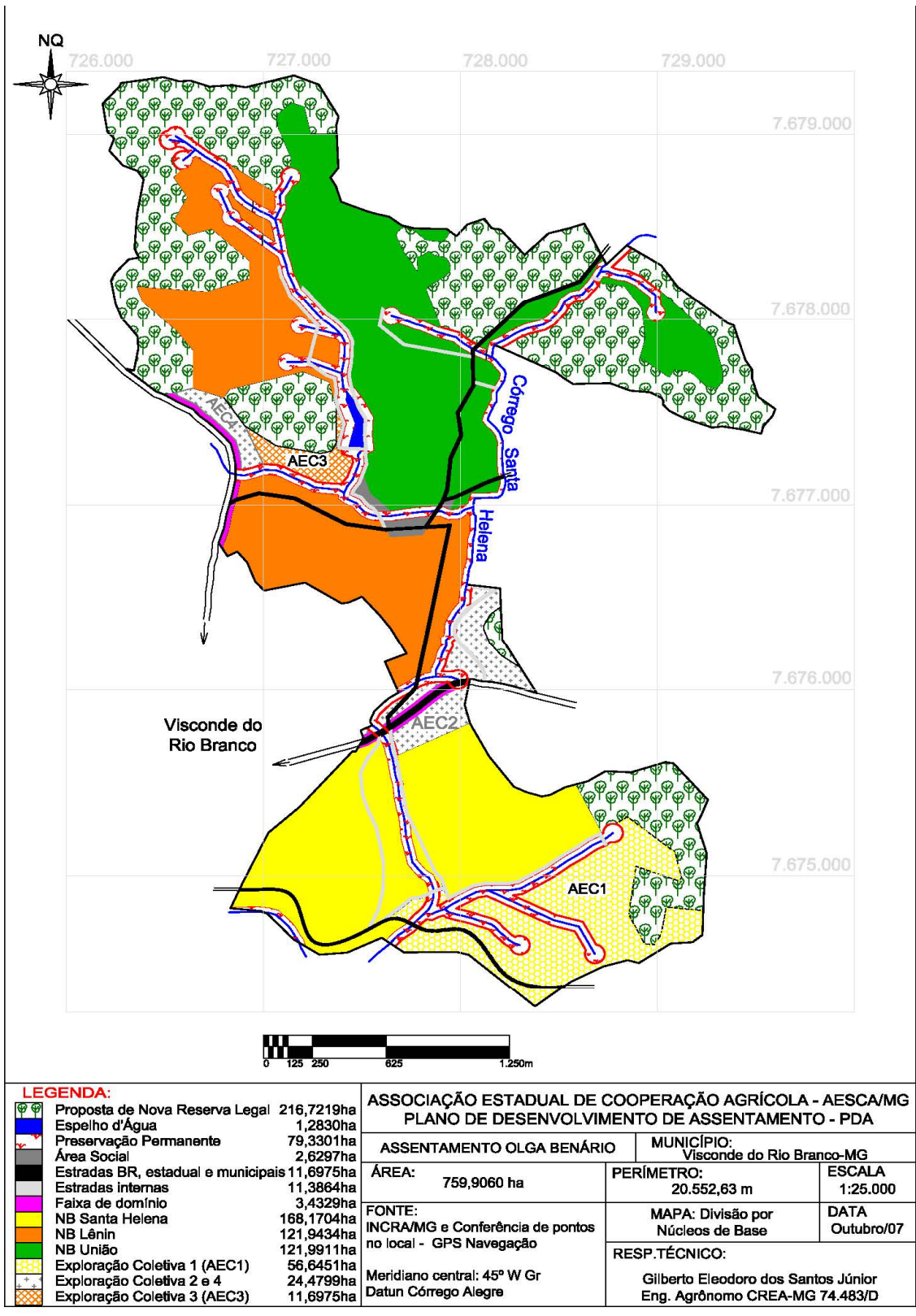
Massa; e nove setores: Saúde, Educação, Gênero, Jovens, Ciranda (crianças), Formação, Esporte, Produção e Meio Ambiente.

Atualmente, o assentamento está passando pelo Processo de Planejamento e Organização do Assentamento e, intrínseco a esse processo, pela elaboração do PDA.

O Assentamento Olga Benário, como podemos ver no Mapa 1, está dividido em três áreas distintas, cada uma correspondente a um núcleo de base diferente. Hoje as famílias assentadas estão organizadas em três núcleos de base (NB):

- a) o NB Santa Helena, que agrupa 12 famílias e está localizado na área amarela do mapa;
- b) o NB Lênin, que agrupa 9 famílias e fica localizado na área laranja do mapa e
- c) o NB União, que também agrupa 9 famílias e se localiza na área verde do mapa.

Mapa 1 – DIVISÃO DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO POR NÚCLEOS DE BASE



A reorganização das famílias por núcleo, segundo relatos dos assentados, ocorreu primeiro para uma melhor distribuição das 30 famílias na área do assentamento, ficando uma média de 10 famílias por núcleo. A partir dessa definição se dividiu a área do assentamento em três partes de tamanhos semelhantes, - sem se preocupar com as características físicas destas - uma para cada núcleo diferente.

Inicialmente, a proposta de constituição dos núcleos era através da identificação entre as famílias, as mais próximas se agrupariam em núcleos. Porém, segundo relatos das entrevistas, esta forma não foi possível. Então, como nos relatou um dos assentados, a divisão das famílias nos núcleos de base, se deu em uma reunião em que estas optaram pela parte da fazenda em que gostariam de morar e, a partir daí se constituíram os núcleos.

“No dia que a gente ficou de organizar pra dividir os lote foi colocado que era três núcleo. Primeira decisão é que seria três núcleo. (definidos na coordenação). Ai juntou o povão no galpão para separar as pessoas, né... Vê quem ia pra onde. Ai nós dividiu em três partes: Limerá, que é da rodovia de Guiricema pra lá...seria um núcleo e essa parte de cá seria dividido assim, de cumprido assim... de cumprido né, do córrego pra cá e do córrego pra lá. Ai foi falado assim, quem que ir pra Limerá vai pra quele lado ali e quem que ir pra essa banda de cá da fazenda fica ali e quem que ir pra lá fica ali. Ai as pessoas foram. (...) Ai o núcleo Santa Helena já tava maiôs ou menos porque eles já tavam trabaiano lá embaixo.. tinha um grupo lá.. então aquele grupo ficou lá. Ai foi decidido assim, uns foi pra li outros ppro outro ali, foi assim.” (sic) (entrevista 08. Assentado do Núcleo Lênin)

Portanto, o fator locacional foi determinante na distribuição das famílias por núcleo. Ao mesmo tempo, outros fatores influenciaram na escolha dos lugares e constituição dos núcleos, isso será mais detalhado a partir de agora na descrição dos núcleos.

4.3. NÚCLEO SANTA HELENA

O núcleo de base Santa Helena é composto, atualmente, por onze famílias assentadas¹². Sua localização no assentamento, de acordo com a nomenclatura dos próprios assentados, é na região da “Limeira”. 67,3% das famílias são de origem rural estando estas constituídas - considerando o total de pessoas do assentamento - pelas pessoas mais velhas e as mais jovens do assentamento (gráfico 01), além de ser o núcleo onde as famílias conseguem uma renda mensal maior. 56% recebem algum auxílio governamental (bolsa família, aposentadoria, pensão) (tabela 02).

Tabela 01 – Distribuição das famílias por núcleo segundo a origem antes da luta pela terra

ORIGEM	NÚCLEO SANTA HELENA	NÚCLEO LÊNIN	NÚCLEO UNIÃO
RURAL	66,7%	25%	50%
URBANA	33,3%	75%	50%

Fonte dos dados: equipe de ATES.

¹² Oficialmente, no PDA e na divisão territorial do assentamento este núcleo é constituído por 12 famílias. Porém, existe uma vaga a ser ocupada, ou seja, um lote está disponível para a chegada de outro assentado.

Tabela 02 - Distribuição das famílias por núcleo segundo renda familiar e recebimento de auxílio governamental, em porcentagem

RENDA FAMILIAR	Núcleo Santa Helena	Núcleo Lênin	Núcleo União
0 - R\$100,00	17,39%	30,43%	21,73
R\$100,00 A R\$350,00	8,69%	-	-
R\$350,00 A R\$ 500,00	13,04%	4,34%	4,34%
AUXÍLIO GOVERNAMENTAL			
BOLSA FAMÍLIA	13,4%	8,69%	17,39%
PENSÃO	4,34%	-	-
APOSENTADORIA	4,34%	-	4,34%
NENHUM	30,43%	26,08%	4,34%

Fonte dos dados: equipe de ATES.

Antes do início dos debates do PPOA, quando as famílias estavam recém chegadas ao assentamento, iniciando o seu processo de organização e só haviam dois núcleos organizados, a maioria das pessoas que participavam ativamente nas instâncias organizativas do movimento (setores) eram pertencentes ao núcleo Santa Helena (tabela 3).

“Nós fazia muita reunião, às vezes era tanta que eu ficava até agoniado. Agora, não. Só de quinze em quinze dias” (sic) (entrevista 02, Assentado do Núcleo Santa Helena)

Além disso, essas famílias já se organizavam em um Grupo de Trabalho (GT) que plantava em numa área localizada nessa mesma região. De acordo com um casal entrevistado do núcleo, este GT era formado por pessoas que já se conheciam anteriormente de outros acampamentos e por dois ex-trabalhadores da fazenda Santa Helena.

“Eram dois núcleo. Aí a gente tinha um grupo de trabalho aqui em baixo. A maioria que tá no Grupo de Trabalho é do núcleo e aí a gente ficou quieto aqui mesmo.(...) Só dois é ex funcionário da fazenda. Os outro já se conhecia, um já viu o serviço do outro, então ficou. Nós começamo em oito, agora tamo em cinco. Três já disistiram. A gente torce pra que continua... porque tudo tem que ter um grupo de trabalho” (entrevista 01, Assentado do Núcleo Santa Helena)

Hoje, o GT está formado por apenas 5 pessoas. Estas têm sua plantação individual e a coletiva. A produção coletiva é destinada à comercialização, que é feita de forma individual, e a produção individual para o auto-consumo. Porém, mesmo não havendo a participação de todos nesse trabalho coletivo, outras formas podem ser assumidas de ajuda mútua como o mutirão. Este ocorre quando a necessidade de auxílio na sua área individual de plantio for solicitada aos companheiros do núcleo. Este fato ficou explícito na fala de um dos entrevistados.

“os outros que estão assim... individual se precisar de uma mão a gente vai lá e dá uma mão se a gente precisá acredito que a gente dá um alô eles vêm também” (sic) (entrevista 01, Assentado do Núcleo Santa Helena)

A organização espacial desse núcleo é a única no assentamento que contempla uma área considerável de exploração coletiva dos membros. Como podemos observar no mapa 2, dos 168,1704ha de área no núcleo, 56,645ha são de propriedade comum. Nesta área, segundo os assentados e o técnico da equipe de ATES¹³, é onde estão as melhores terras para o plantio, possuindo o relevo mais plano. O objetivo desta área de exploração coletiva (AEC) é possibilitar a todos do núcleo uma área boa para plantio. Apesar de essa área ser coletiva o seu uso vai ser de acordo com a necessidade e capacidade de trabalho de cada família e dos acordos internos firmados entre estas nas reuniões do núcleo. A média do

¹³ Conversamos também em alguns momentos com o técnico da equipe de ATES responsável pela elaboração dos mapas do PDA, porém não o entrevistamos, por isso não consta na metodologia do trabalho.

tamanho das parcelas individuais (lotes) é de 8 ha, com exceção de dois lotes de 12,4ha e 13,8ha, que não possuem direito à área de exploração coletiva (AEC1), ou seja, que são individuais.

“Nós achamos que muita gente queria mexer com roça, com lavoura. Daí a gente resolveu tirar uma área maior” (entrevista 02, Assentado do Núcleo Santa Helena)

O processo de planejamento territorial do núcleo ocorreu durante os trabalhos de campo da equipe de ATES, responsável pelo PDA. Porém, a opção pelas formas de parcelamento aconteceram nos debates internos no núcleo.

Após a apresentação do projeto de parcelamento, elaborado a partir da concepção do núcleo, é que se efetuou o debate sobre a distribuição das parcelas entre as famílias. No caso deste núcleo, não houve sorteio para a alocação das famílias, estas, através das reuniões do núcleo, optaram livremente sobre onde preferiam a localização de sua parcela no assentamento.

Podemos notar que este núcleo considera necessário e importante a associação entre os membros para conseguir superar as condições adversas que a vida impõe. Isto fica claro na socialização das melhores terras de cultivo da área entre os membros e na opção de parte dos integrantes se valerem do trabalho coletivo. Esta coletivização do meio de produção e da força de trabalho não acontece de forma esporádica; é uma estratégia de reprodução da vida no assentamento.

4.4. NÚCLEO LÊNIN

O núcleo de base Lênin é composto por nove famílias assentadas. Sua localização no assentamento, de acordo com a nomenclatura dos próprios assentados, é na área do “Vai

e Volta” (no mapa 2, corresponde a área ocupada pelos lotes 13 a 21). Neste, 75% das famílias são de origem urbana e é o único núcleo onde as famílias possuem grau de parentesco. Dessas, 2 se constituem uma só família (F1), e outras 4 em outro grupo familiar (F2), sendo que o outro terço das famílias desse núcleo não possui grau de parentesco ente si. Por isso, vamos classificá-lo como núcleo familiar. Este núcleo é o que possui a menor renda mensal familiar, praticamente não recebem auxílio governamental (tabela 02).

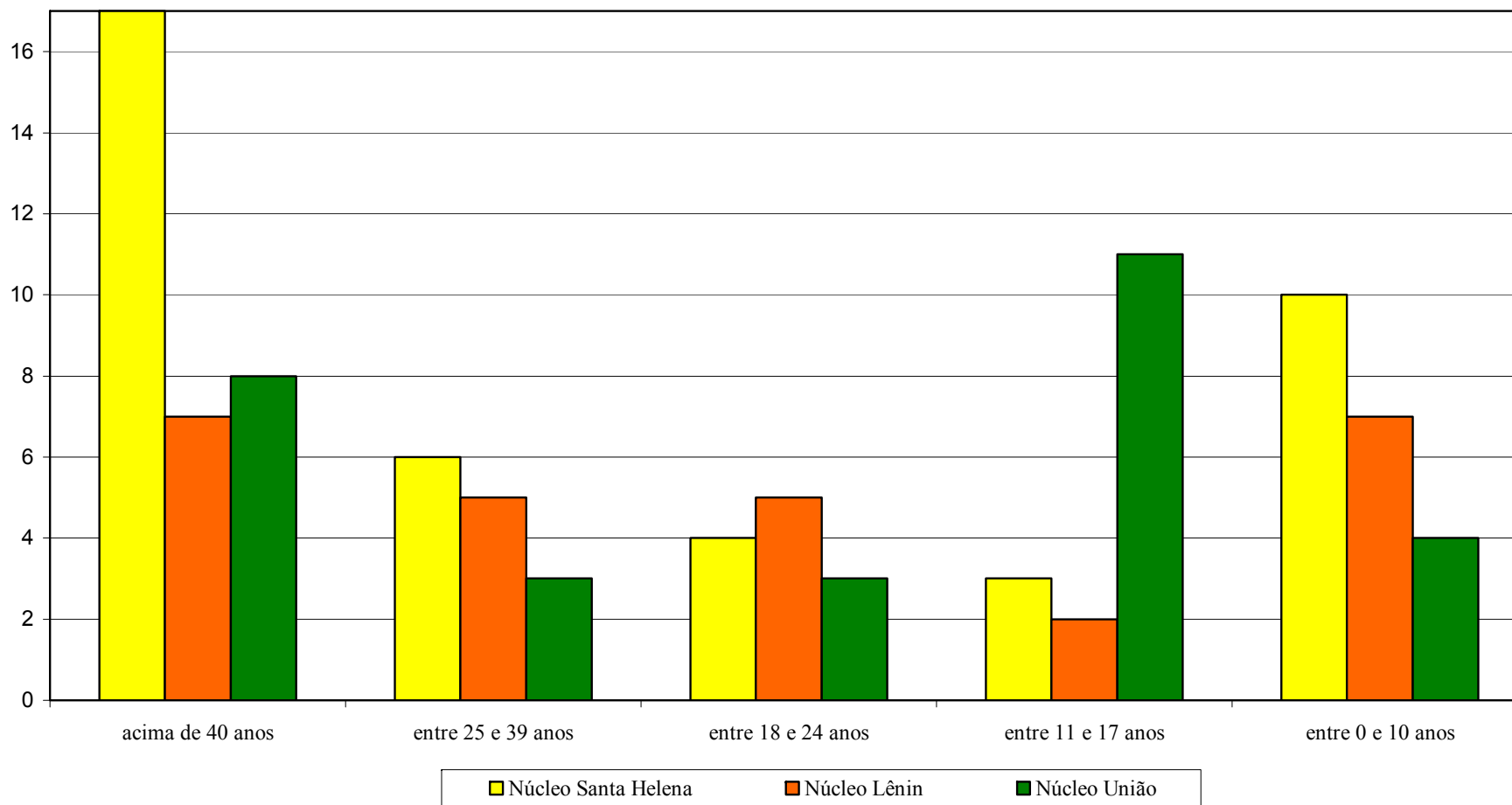
No período de recente assentamento, a participação das pessoas do Lênin, assim como no Santa Helena, também foi expressiva, principalmente das mulheres (tabela 3).

Tabela 03 – Distribuição em porcentagem dos assentados por núcleo segundo a participação na organização social do assentamento

Setores	Núcleo Santa Helena		Núcleo Lênin		Núcleo União	
	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
Não Participantes	17,64%	29,41%	26,66%	20%	33,33%	50%
Finanças	17,64%	-	20%	-	8,33%	-
Formação	-	-	-	-	8,33%	-
Saúde	-	11,76%	-	20%	-	-
Produção	11,76%	-	6,66%	-	-	-
Educação	-	-	6,66%	-	-	-
Esporte e Lazer	5,88%	-	-	-	-	-
Segurança	5,88%	-	-	-	-	-
Total de Participantes	52,94%		53,33%		16,66%	

Fonte dos dados: equipe de ATES.

Gráfico 01: Distribuição da população do Assentamento Olga Benário de acordo com a faixa etária



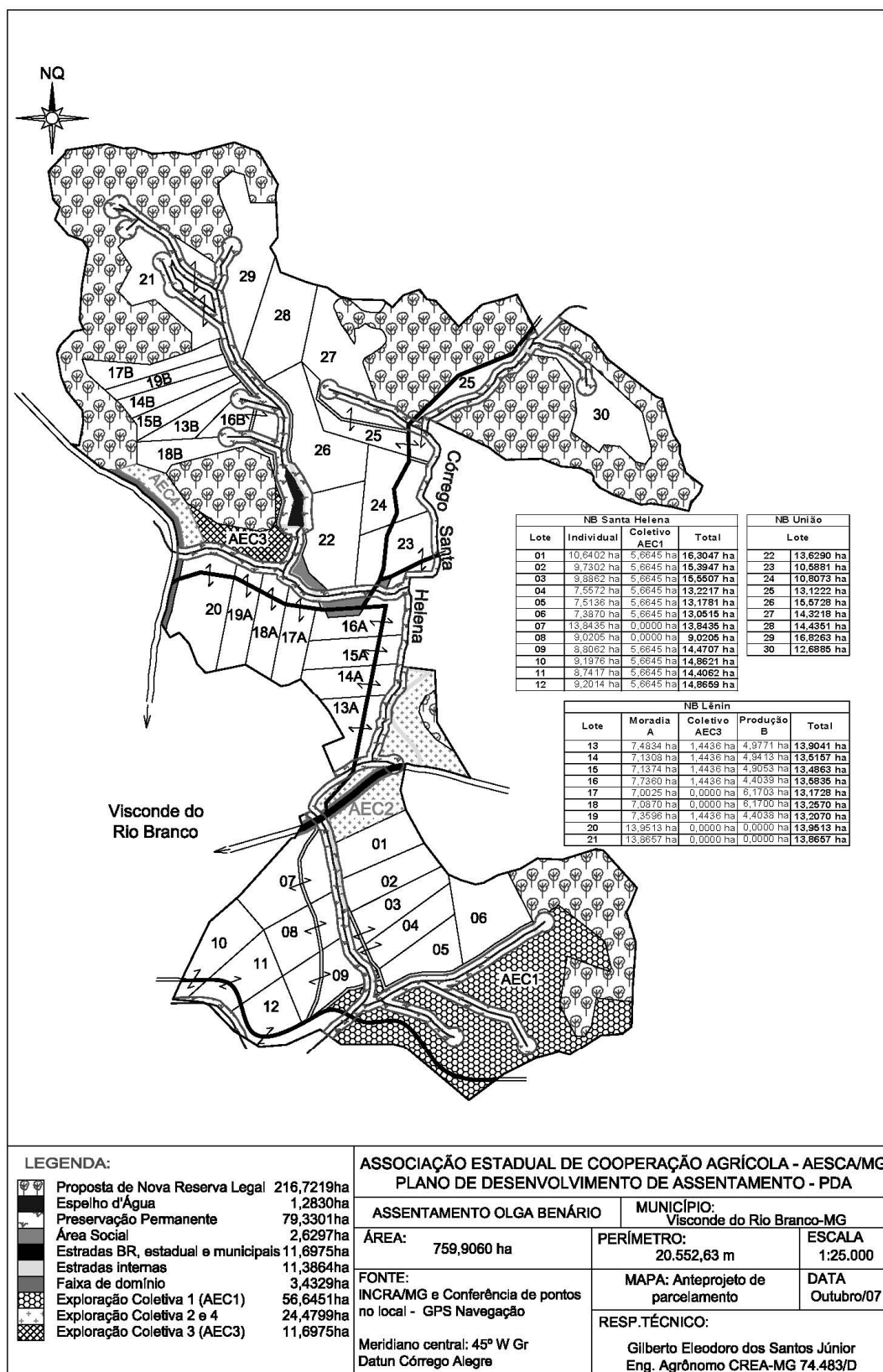
A organização espacial contempla uma pequena área de exploração coletiva (AEC3), 11,69ha que correspondem à cultura de café que já existia na área antes da chegada dos mesmos, dois lotes individuais contínuos (mapa 3, lotes 20 e 21) e 7 lotes divididos em local de moradia e local de produção (mapa 3, lotes 13 a 19). A média da área total individual dos lotes é 13,5 ha e 12 ha para os que possuem direito à área coletiva. Essa forma de organização foi pensada no intuito de aproximar as moradias, trazer mais segurança à área comunitária do assentamento e aproveitar a infra-estrutura de energia elétrica já existente.

O processo de planejamento territorial do núcleo ocorreu durante os trabalhos de campo da equipe de ATES responsável pelo PDA. Porém, a opção pelas formas de parcelamento se deu nos debates internos no núcleo. Após a apresentação do projeto de parcelamento, elaborado a partir da concepção do núcleo, é que se efetuou o debate sobre a distribuição das parcelas entre as famílias. No caso deste núcleo, a alocação das famílias foi por sorteio, não tendo sido nem cogitado entre os membros, segundo nos foi relato nas entrevistas, a possibilidade da escolha dos lotes, com exceção dos lotes individuais contínuos. Os lotes de produção foram definidos de acordo com as características do ambiente em que estão inseridos. Assim, os lotes de moradia que apresentam características mais favoráveis serão complementados pelos lotes de produção que agrupam características desfavoráveis e vice-versa. Esta foi uma sugestão da equipe de ATES que foi acatado num acordo entre as famílias.

Neste núcleo, as famílias que não pertencem ao grupo que aqui denominamos de F1 e F2 terão seus lotes individuais, sem participação na área coletiva. Já o grupo F2 e uma família de F1 têm uma parte da cultura de café. Porém, como nos relataram, não pretendem explorar esta terra de forma coletiva, eles dividiram esta área em glebas menores para que

cada um cuide da sua. Nas entrevistas desse núcleo não houve comentários sobre formas de produção coletiva ou de solidariedade comunitária que possam a vir ocorrer ou que acontecem no dia-a-dia do assentamento. Muito, pelo contrário, foi reforçado que estas formas não são possíveis ou por já terem experimentado e não dado certo ou por falta de confiança no trabalho do outro ou por ter que dar satisfação a outrem. Portanto, a estratégia adotada nesse núcleo de (re)produção da vida, passa pela tentativa de cada um tomar conta do que é seu, preocupado com o seu progresso individual.

Mapa 2 – Anteprojeto de Parcelamento do Assentamento Olga Benário



4.5. NÚCLEO UNIÃO

O Núcleo de base União também é composto por nove famílias assentadas. Sua localização no assentamento, de acordo com a nomenclatura dos próprios assentados, é na área do “Salão da Mata” (no mapa 2, corresponde a área ocupada pelos lotes 22 a 30). Neste núcleo, como observamos na tabela 3, metade das famílias é de origem urbana e metade de origem rural, não existindo nenhum grau de parentesco entre elas. É o núcleo que tem o maior número de jovens (de 11 a 17 anos) e onde a renda mensal familiar é de origem quase exclusiva de auxílio governamental (ver tabela 02), com exceção de uma família.

No período de recente assentamento, a participação das pessoas do União na organização social do assentamento foi quase nula tanto dos homens quanto das mulheres, com exceção de dois homens que se declararam participantes do setor de formação e de finanças.

A organização espacial deste núcleo é exclusivamente composta por lotes individuais contínuos, numa média de 13,5 ha por parcela. Essa forma de organização foi fruto do desejo das próprias famílias, pois não queriam vizinhanças próximas, como no caso dos núcleos de moradia. Este fato ficou muito bem marcado nas falas dos assentados durante as entrevistas.

“Ninguém queria ir pro núcleo de moradia... ninguém queria... é.. como é que é... aquele com a casa uma pertinho da outra. Aí falamos, pô, se é... se é... pra ir pra terra, é cada qual no seu canto. Porque da cidade nós viemos. Aí todo mundo optou assim e... foi a opinião que todo mundo votou. Depois cada qual vai cuidar do seu. Não vai ter o coletivo. Mas se o companheiro precisar tem o mutirão. (...) No mutirão não tem como desmanchar pelo seguinte, não tem aquela obrigação de estar todo mundo ali. Se você não tem condição de tá no mutirão não tem que dá satisfação pra ninguém.” (sic) (entrevista 9)

O processo de planejamento espacial do núcleo ocorreu durante os trabalhos de campo da equipe de ATES responsável pelo PDA. Porém, a opção pelas formas de parcelamento aconteceram nos debates internos ao núcleo. Após a apresentação do projeto de parcelamento, elaborado a partir da concepção do núcleo, é que se efetuou o debate sobre a distribuição das parcelas entre as famílias. No caso deste núcleo, a alocação das famílias se deu através do processo de escolha dos lotes. Segundo nos foi relatado, quando duas famílias escolheram o mesmo lote uma delas cedeu em favor da outra, não sendo necessário recorrer ao sorteio.

Percebemos nas entrevistas que o núcleo União, apesar de ser o que não contém nenhuma área destinada à exploração coletiva, mantém um nível de diálogo entre os seus membros maior que o núcleo Lênin, fato comprovado pela superação do sorteio. Colocamos desta forma porque a estratégia individual de produção nos lotes foi adotada partindo dos sonhos que seus membros tinham de ter o seu “pedaço de terra”, tanto daqueles que vieram da cidade quanto dos que já viviam no campo, porém este fato não inibe possíveis formas de ajuda mútua e cooperação simples futura (mutirão, por exemplo).

4.6. ÁREAS DE USO COMUM DO ASSENTAMENTO

Além da divisão do assentamento em parcelas dentro das áreas referentes à cada núcleo de base, a organização territorial do Olga Benário contempla áreas de uso e responsabilidade comum a todos no assentamento. Estas áreas são: a área social, a área de exploração coletiva do assentamento (AEC2 e AEC4, nos mapas 1 e 2) e a área de Reserva Legal e preservação permanente (APP).

A área social está localizada na região central do assentamento, onde se localiza a maioria das benfeitorias, como a sede da fazenda, o campo de futebol, várias casas, antiga

escola, curral, galpão. Um dos objetivos da criação dessa área social é a divisão, por todos, dessa infra-estrutura pré-existente, o outro, é criar espaços de socialização para todo o assentamento, buscando um intercâmbio maior entre os assentados e abrindo espaço para a criação de estruturas de benefício coletivo, como escola, posto de saúde, praça de esportes, agroindústria, locais de reunião, de festa, alojamento para visitantes etc. A gestão desse espaço será definida por todos os assentados.

As áreas de exploração coletiva do assentamento estão localizadas em duas faixas à beira da BR120 e a outra beirando a MG que corta o assentamento. A primeira foi planejada para a produção coletiva visando a geração de recursos para o financiamento de atividades externas ao assentamento, como ajuda de custo e passagens para reuniões, cursos, atividades organizativas e comemorativas que beneficiem o assentamento como um todo. Na outra área, onde já existe uma plantação de eucalipto, os assentados pretendem complementá-la com o plantio de outras espécies arbóreas para a colheita de madeira para o uso de todos e todas. Oportunamente, essas áreas, por se localizarem a beira de estradas, podem ser utilizadas para a construção de pontos de vendas de produtos do assentamento.

A área de Reserva Legal corresponde a 20% da área total da antiga fazenda, pois foi averbada pelo antigo dono desta, antes de desmembrá-la em duas partes para a venda de uma delas ao INCRA. Atualmente, esta área de reserva está toda dentro do assentamento e corresponde a mais de 20% da área deste, ultrapassando os limites exigidos por propriedade pela legislação ambiental vigente. A responsabilidade pela manutenção, monitoramento e beneficiamento desta área é de todo o assentamento, não se limitando aos lotes fronteiros. Nesta área é permitido: coleta de lenha seca, coleta de frutas, plantio de árvores frutíferas ou não, exploração de apicultura e outras atividades que não envolvam cortes de árvore, revolvimento do solo e uso como pastagem de animais domésticos.

CONCLUSÃO

Ao analisar a organização sócio-espacial do Assentamento Olga Benário constata-se que ela contempla diferentes estratégias de sobrevivência dos camponeses. Dizemos isso porque a opção feita pelos assentados - apesar da condição anterior de sem terra proletários urbanos e/ou rurais - de espacialização da produção, da moradia e de formas de trabalho se encaixam dentro de um modelo que tem como mola mestra a produção familiar para o auto-consumo e venda do excedente, valendo-se esporadicamente de ajuda mútua (os mutirões) baseada em baixa tecnificação dos instrumentos de produção e uma relação íntima com a terra.

Apesar da intervenção da equipe de ATES, objetivando a explicação das possíveis formas de parcelamento da terra e suas conseqüências visando um horizonte mais amplo para o desenvolvimento do assentamento, a lógica do lote e da produção individual se mostrou a forma dominante de organização. As diferenças na organização espacial dos núcleos de base têm sua origem nas relações e vivências que estas famílias tiveram anteriores ao assentamento.

O Núcleo União, que optou pelas parcelas totalmente individuais, foi o núcleo que menos participação ativa teve dentro das instâncias organizativas do assentamento, o oposto do Núcleo Santa Helena, que optou pela coletivização da terra, em que esta participação foi mais intensa. Constatamos também que a opção de terra comum do Núcleo Santa Helena foi influenciada pela vivência, durante o acampamento, de formas coletivas de produção que deram certo. Vale ressaltar que existiu uma preocupação solidária de que todos tivessem direito às melhores terras de plantio desse Núcleo, pois noutro caso, vários lotes poderiam ficar em locais de terreno montanhoso, como ocorre no Núcleo União.

Deste fato, podemos concluir que a participação política nas instâncias de organização da vida social nos acampamentos e assentamentos parece ser de fundamental importância na formação dos sujeitos coletivos e solidários que reconhecem a necessidade da existência de um projeto comum para a sua sobrevivência.

Nos relatos das famílias que não fazem parte de grupos de trabalho coletivo, a dificuldade de participar dessa forma de produção, está relacionada com o desejo de liberdade de horários de trabalho, de não ter que se explicar aos outros por ter faltado ao serviço, além de diversas reclamações quanto à diferença de rendimento do trabalho de diferentes pessoas sendo que a produção final é repartida igualmente a todos.

As outras categorias gerais de análise não demonstraram ter influência nas opções de organização espacial dos núcleos. Com exceção do grau de parentesco existente entre as famílias do núcleo Lênin, este fato, parece ter influenciado na identificação do núcleo, em seu momento de formação, mas não na opção de parcelamento, sendo este o único núcleo que optou pelo sorteio das parcelas. A estratégia no Lênin em dividir as áreas de moradia e produção também propicia acesso aos diferentes tipos de terras do núcleo, quem saiu com terras mais planas na moradia, teve as terras com maior declividade na produção e vice-versa. A definição do cultivo de café, como sendo coletivo, é para que um bem de maior valor não seja posse de uma única família, mas que várias possam se beneficiar, apesar de estarem cientes da dificuldade do trabalho coletivo. Por isso, o café foi dividido em glebas (acordo interno dos 5) para que cada um cuide da sua.

Das conversas que tivemos com os assentados notamos que o método PPOA em si, como planejado pelo Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST não se constituiu enquanto um processo, mas como uma intervenção qualificada da equipe técnica de ATES visando o projeto político do Movimento. Estas intervenções foram capazes de

influenciar em algumas decisões importantes para a atual configuração espacial do assentamento, como aproximação das moradias e a separação em lotes de moradia e lotes de produção no Núcleo Lênin, as terras comuns do Santa Helena, Lênin e do assentamento e a superação do sorteio como única forma de divisão das parcelas entre os assentados, prezando pelo diálogo.

O diálogo é o que vai possibilitar aos sujeitos se reconhecerem na individualidade e na coletividade. Durante o processo de organização do assentamento é ele que possibilitará aos assentados demonstrar seus desejos, seus sonhos e suas possibilidades individuais e coletivas ao conjunto do assentamento ou do núcleo de base, ao mesmo tempo, em que faz parte de um processo de formação coletiva de opinião e de exercício da política. Em relação ao parcelamento, objeto de nosso estudo, o diálogo permite a distribuição das pessoas nos lotes onde sua aptidão, capacidades, sonhos e desejos possam ser atendidos, em oposição ao sorteio.

O sorteio é um elemento utilizado para buscar a igualdade de oportunidades entre as famílias. Porém, as famílias não são homogêneas, umas preferem trabalhar com gado, outras com lavoura, outras com abelha etc. Então, esta opção para a distribuição das famílias nos lotes pode vir a criar problemas futuros, pois um assentado que tem maior aptidão com a lavoura pode cair numa parcela apta para criação de gado e outro que prefere trabalhar com gado cair numa área de baixada, sendo razão de descontentamento ou frustração das suas expectativas, o que pode ser evitado através do diálogo.

A partir dessas constatações concluímos que a participação das famílias assentadas no processo de decisões no planejamento do futuro do assentamento necessita de ser qualificada, ou seja, precisa passar por um processo educativo que torne essa participação mais consciente e consistente. Podemos entender a participação aqui em dois níveis: um

que lhe dá um “cardápio” de opções para serem escolhidas e outro, em que os agentes estão cientes das conseqüências dessas escolhas para seu futuro. Hoje, a organização de assentamentos está mais ao nível de “cardápio” que de opções conscientes.

Não queremos aqui dispensar a importância do olhar destas famílias neste processo. Estamos reforçando a necessidade de o Movimento debater, ainda nos acampamentos, formas de organização para os futuros assentamentos, evitando que o debate não aconteça em um pequeno intervalo de tempo (durante o PDA somente), sem um amadurecimento dos conhecimentos construídos sobre coletivo, cooperação, trabalho individual, parcelas, lote, propriedade privada. Enfim, dos conhecimentos que vão sendo adquiridos no processo de luta pela terra, que em determinado momento passam a vigorar com mais constância na vida dos sem terra (no acampamento) e que, a partir da concretização do parcelamento (no assentamento), deixam de ter importância em detrimento da propriedade privada, onde, *“cada um vai cuidar do seu”*.

Portanto, alcançamos o nosso objetivo ao constatar que a) as características camponesas dos assentados, b) as experiências de participação na vida política do assentamento, c) as experiências bem e mal sucedidas de formas de cooperação, d) a intervenção politicamente qualificada da equipe de ATES, e) o diálogo superando o sorteio e o f) fetiche da propriedade privada foram os principais elementos que balizaram os assentados na organização sócio-espacial do Assentamento Olga Benário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLINNI, Valeira Andrade; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Considerações sobre o Planejamento Espacial e a Organização da Moradia dos Assentamentos de Reforma Agrária no Distrito Federal e Entorno. In: **Revista Libertas**. Edição especial. fev.2007. Disponível em: <http://www.revistalibertas.ufjf.br/artigos/edicao_especial/11_valeria_fernando.pdf> Acesso em: 21 de set. 2007. Juiz de Fora (MG)

BORGES, Vanessa Aguiar. **A Questão Agrária e a Luta Pela Terra no Vale do Jequitinhonha: O Massacre de Felisburgo**. Viçosa (MG), 2006. 104p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Viçosa

BRASIL. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras/Universidade de Brasília. **I Censo da Reforma Agrária do Brasil**. Brasília, 1997.134 p.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em 20 set. 2007.

BRASIL. Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Minas Gerais. Aprova a criação do Projeto de Assentamento Olga Benário com 30 unidades agrícolas familiares. Portaria n. 110 de 11 de outubro de 2005. DOU: Diário Oficial da União, seção 1, n. 215-A, quarta-feira, 9 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materias/pdf/segunda_edicao/0001_Diario_Oficial_da_Uniao_Seca_o_1_%20de_09.11.2005_Segunda_Edicao.pdf> Acesso em 21 out. 2007.

CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que Escola**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Quem são os Camponeses e Camponesas?: comunicação apresentada ao Encontro Masivo de Formación de Militantes del Cono Sul da Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo – CLOC**. Asunción. 2006. Notas de exposição. Mimeografado.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. Construindo o Planejamento Participativo do Assentamento: processo de planejamento e organização do assentamento – PPOA (Metodologias para a elaboração dos PDAs e PRAs). **Caderno de Cooperação Agrícola nº 13**. Dezembro de 2005. Brasília (DF).

FABRINI, João Edmilson. O Projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Revista Terra Livre**, São Paulo, 2002. v. 18, n. 19, p. 75-94. jul/dez.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato**. Texto, 2004

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Lauda Agrônomo de Fiscalização**: Fazenda Santa Helena, Visconde do Rio Branco-MG. Belo Horizonte: 2002

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual Operacional de ATEs**. (200?) Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf>> Acesso em: 05 dez. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **NORMA DE EXECUÇÃO Nº 60**: Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATEs. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materias/pdf/do/secao1/29_06_2007/do1-141.pdf> Acesso em 20 out. 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Potencialidades Transformadoras dos Movimentos Camponeses no Brasil contemporâneo**: as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Os Assentamentos no Centro de Nossas Ações**. Texto, 2006. Mimeografado.

NOGUEIRA, Renata Fernandes. **Relatório de estágio: O Processo de Planejamento e Organização de Assentamentos (PPOA)**. Viçosa (MG): 2006. Mimeografado

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

ROLIM, Mara Diana. **Relatório de estágio em assentamento rural na Zona da Mata/MG: extensão ou interação, apoio ou direção**. Viçosa (MG): 2006. Mimeografado.